

**- Observatório de Política Externa Brasileira -  
Nº 01  
09/04/04 - 16/04/04**

- 01- Inspeção internacional em usinas nucleares brasileiras é palco de divergências
- 02- Bird afirma que acordo com a UE seria melhor para o Brasil do que a ALCA
- 03- Agências internacionais vistoriam Angra 2
- 04- Brasil abstém-se na votação de uma resolução contra Cuba
- 05- Europeus adiam troca de ofertas com o Mercosul
- 06- Segundo especialista, "G-3" deve se fortalecer
- 07- Europeus querem apoio na OMC
- 08- Representante americano quer prosseguir com as negociações da ALCA
- 09- G-20 e Grupo de Cairns discutem propostas de acesso a mercados agrícolas
- 10- José Dirceu propôs observatório de políticas públicas latino-americano
- 11- Chanceler mexicano visita o Brasil

**Inspeção internacional em usinas nucleares brasileiras é palco de divergências**

Segundo o jornal *O Globo*, o Brasil desperta cobiça de outros países por enriquecer urânio através da ultracentrifugação. Essa tecnologia foi desenvolvida pelo capitão-de-fragata Othon Luiz Pinheiro da Silva em 1979. O almirante se declarou contra a assinatura do "Protocolo-modelo adicional aos acordos entre Estados e a Agência Internacional de Energia Atômica para aplicação de salvaguardas". Segundo o declarou ao jornal, é praticamente impossível esconder dos inspetores uma instalação nuclear, e disse também que o protocolo aumenta o controle sobre o programa nuclear brasileiro. Para ele, os americanos procuram barrar o domínio do ciclo do urânio por outros Estados por serem agressivos, e que num país detentor de artefato nuclear de pequeno porte, sua influência diminuiria. Um dos artigos do protocolo adicional dá margem para que qualquer indústria fornecedora de um programa nuclear seja alvo de inspeção, e um outro estabelece limite zero para o trabalho dos inspetores. O ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, afirmou que essa questão seria sobretudo econômica, pois haveria uma tendência na expansão de usinas nucleares por todo o mundo. Edson Kuramoto, diretor da Associação Brasileira de Energia Nuclear, declarou que o Brasil não negou que vá assinar a ampliação do protocolo, negociando a ampliação. Lembrou ainda o diretor que as reservas de petróleo são finitas e uma substituição deste combustível por outras fontes de energia, como por exemplo, o urânio, são prováveis. Em contrapartida, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o especialista nuclear José Goldemberg, atual secretário do meio



ambiente do estado de São Paulo, afirmou que essa tecnologia que o governo brasileiro está tentando preservar impondo barreiras à inspeção internacional não é exclusiva nem sigilosa, pois os princípios científicos utilizados nela são semelhantes aos de alguns países europeus e ao do Paquistão. Em sua opinião seria um erro a atitude do governo federal em barrar as inspeções internacionais uma vez que a desconfiança impera atualmente no cenário internacional devido o crescente número de usinas nucleares, como na Coreia do Norte e no Irã. O chanceler Celso Amorim, o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, e o assessor internacional da presidência da República, Marco Aurélio Garcia, afirmaram que o Brasil já assumiu todos os compromissos de que não vai desenvolver energia atômica com objetivos militares. Sobre a postura norte-americana de pressionar a inspeção nas usinas brasileiras, o jornal *Folha de S. Paulo* trouxe, em uma de suas edições, o argumento de Andrew Oppenheimer, especialista em armas nucleares. Ele disse que os Estados Unidos são muito desconfiados quando se trata de proliferação nuclear e acredita que as condições do Tratado de Não-Proliferação (TNP) são bastante desiguais, pois em alguns países as regras de controle são flexíveis e difíceis de serem efetivadas. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Celso Amorim reconheceu, durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, que o governo dos Estados Unidos não está pressionando o Brasil para assinar o protocolo adicional. Este assunto se tornou novamente recorrente, segundo o chanceler, por causa de uma reportagem no jornal americano *The Washington Post*. Na reportagem, a posição brasileira foi exposta, segundo o ministro, como um fator de enfraquecimento da política norte-americana de não proliferação. Acrescentou ainda Amorim que este posicionamento partiu de militares de organizações não governamentais e não do governo. Afirmou por fim o chanceler que “se o Brasil vai ou não assinar o protocolo, (isso) tem que ser feito de forma racional e soberana, à luz de seus interesses em uma área estratégica”. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 10/04/04; Folha de S. Paulo – Brasil - 11/04/04; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 11/04; O Globo – O País – 11/04/04; O Globo – O País – 11/04/04*).

### **Bird afirma que acordo com a UE seria melhor para o Brasil do que a ALCA**

Segundo o Banco Mundial (Bird), um acordo de livre-comércio com a União Européia (UE) traria quase duas vezes mais ganhos econômicos ao Brasil que a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), se houvesse a abertura total dos mercados aos produtos brasileiros. No caso da ALCA ou do acordo Mercosul-UE mantiverem barreiras nos setores agrícolas, mais sensíveis para as economias dos Estados Unidos e Europa, o Bird afirma que a ALCA seria mais vantajosa para o país. O Banco Mundial afirmou que o quadro mais vantajoso para o Brasil seria a combinação dos dois acordos (ALCA e Mercosul-UE). Em qualquer um dos cenários, o Bird estima que os acordos comerciais ajudarão o Brasil a combater a pobreza, uma vez que a parcela mais desfavorecida da população brasileira teria ganhos reais com a criação de mais empregos nos

setores beneficiados pelos acordos. (O Estado de S. Paulo - Economia - 13/04/2004).

### **Agências internacionais vistoriam Angra 2**

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (Abacc) iniciaram no dia 13 de abril, na usina Angra 2, localizada na cidade de Angra dos Reis, uma rodada de inspeção em instalações nucleares brasileiras que deveriam ocorrer até segunda-feira, dia 19. As vistorias ocorreram em meio a acusações publicadas na imprensa internacional de que o Brasil esconde da AIEA suas instalações de enriquecimento de urânio. Segundo *O Globo*, a vistoria foi realizada por quatro inspetores, sendo um austríaco, um iraniano e dois argentinos, que estavam acompanhados de dois funcionários da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e de técnicos das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A verificação ocorrida faz parte das obrigações do Brasil previstas no acordo de salvaguardas que o país mantém com a AIEA e a Abacc. As instalações da INB, em Rezende, a 160 km do Rio de Janeiro, onde se localiza a fábrica de enriquecimento de urânio, foram vistoriadas. A fábrica ainda não opera, e por isso, somente a fábrica de combustível nuclear, localizada no complexo, será inspecionada. O objetivo dos técnicos da AIEA e da Abacc foi verificar a quantidade de urânio enriquecido usada desde a última inspeção, realizada em 29 de janeiro deste ano, e da quantidade de plutônio - gerado pela queima do urânio - que pode ser usado para a produção de energia atômica com fins militares. Os inspetores recolheram as imagens das três câmeras lacradas que as agências mantêm na usina. O bloco de concreto que tampa o reator da usina foi lacrado, impedindo que a Eletronuclear, estatal de energia atômica, faça trabalho não autorizado. No dia 19 a inspeção ocorreu na usina de Angra 1. Segundo o colunista Eduardo Campos, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, o Brasil, a AIEA e a Abacc estão acertados com relação à quase totalidade dos procedimentos para a aplicação de salvaguardas na planta do complexo das INB. As negociações prosseguem apenas quanto à utilização de dispositivos para proteção dos segredos tecnológicos e interesses comerciais associados. (*Jornal do Brasil - Opinião - 13/04/2004*; *O Estado de S. Paulo - Brasil - 14/04/2004*; *O Globo - O País - 14/04/2004*).

### **Brasil abstém-se na votação de uma resolução contra Cuba**

Segundo o *Jornal do Brasil*, dos onze países latino-americanos presentes na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil e a Argentina iriam abster-se da votação de uma resolução contra Cuba. Honduras, autor da resolução, juntamente com a Guatemala, El Salvador e também Peru ou Nicarágua, votariam a favor da moção. O subsecretário de Estado americano para Assuntos Internacionais, Kim Holmes, disse que esperava

que o bloco latino apoiasse a resolução que condena, pela primeira vez, a detenção dos 75 dissidentes. Segundo Willian Navarrete, da Associação para a Terceira República Cubana, a comissão que votou a resolução perdeu a credibilidade uma vez que dos 53 membros, metade não ratificou as principais convenções de direitos humanos e são países repressores que se protegem mutuamente. (Jornal do Brasil - Internacional - 14/04/2004).

### **Europeus adiam troca de ofertas com o Mercosul**

Segundo o jornal *O Globo*, a troca de ofertas entre o Mercosul e a União Européia (UE), passo fundamental para a criação da zona de livre comércio entre os dois blocos, foi adiada temporariamente. Em tentativa de melhorar os termos do acordo, especialmente do lado do Mercosul, os europeus pediram nova reunião entre as partes envolvidas no acordo, realizada em Buenos Aires, em 18 de abril. Os negociadores europeus afirmaram ter uma boa proposta do ponto de vista da redução dos subsídios agrícolas, mas não mostraram com clareza como seriam tais ofertas. Por outro lado, o Brasil ofereceria à UE uma redução mais acelerada de suas tarifas de importação para produtos industriais. O Itamaraty, apesar de não querer informar quais setores industriais teriam suas tarifas reduzidas de forma acentuada, afirmou que o livre comércio em algumas áreas seria antecipado de seis para quatro anos. Em outros setores menos sensíveis, a eliminação poderia ocorrer em até dois anos. Karl-Friedrich Falkenberg, negociador da UE para o acordo com o Mercosul, afirmou que o Mercosul apresentou uma lista com somente 83% de seu universo tarifário que estaria sujeito a redução, e setores como o de automóveis, químicos e farmacêuticos que deveriam ter suas tarifas reduzidas não configuram na lista. De acordo com o jornal, da parte do Mercosul, porém, tudo indicava que a cobertura do acordo permaneceria em 83%. Falkenberg admitiu, porém, que os europeus fariam uma oferta no setor agrícola, diretamente relacionada ao que ocorrer nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Pela proposta européia na OMC, produtos sensíveis terão que respeitar quotas. Do total das quotas liberado pela UE pelo mundo, uma parcela deverá ser reservada ao Mercosul. O restante, porém, dependerá de quanto a UE terá de ceder nas negociações multilaterais em Genebra. Tal medida preocupa alguns membros do G-20, grupo de países que defendem uma liberalização agrícola na OMC, do qual o Brasil faz parte. Segundo um membro asiático do grupo, pela estratégia européia, se o Brasil forçar uma ampla liberalização na OMC, terá menos espaço privilegiado na UE para seus produtos, e isso poderia influenciar o país a mudar seu comportamento na OMC depois que receber a proposta européia. Caso a reunião avance e as trocas ocorram, os blocos voltam a se encontrar entre os dias 3 e 7 de maio, em Bruxelas. O entendimento pode ser anunciado em 28 de maio, no México. Apesar do recuo europeu em adiar a data de entrega das ofertas, um artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, associa o avanço das negociações entre o Mercosul e a União Européia (UE) à paralisação nas negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Segundo o artigo, nas discussões para a formação da

ALCA, os Estados Unidos têm se mostrado mais agressivos e intransigentes, por querer acesso às áreas de compra governamentais, direitos de propriedade intelectual e a mercado de bens e serviços. Tal posição é reforçada no artigo pela recusa deste país em discutir temas como subsídios agrícolas, legislação antidumping e de tarifas compensatórias, como quer o Brasil. Os europeus têm se mostrado mais sensíveis às demandas do bloco sul-americano, de acordo com a coluna. (O Estado de S. Paulo – Economia – 14/04/2004; O Estado de S.Paulo – Economia – 15/04/04; O Globo - Economia - 14/04/2004; O Globo – Economia – 15/04/04).

### **Segundo especialista, “G-3” deve se fortalecer**

Greg Mills, diretor do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais, o Brasil é um grande parceiro para a África do Sul que juntos com a Índia formam o G-3. Segundo o especialista, para que o bloco possa ter sucesso, é necessário haver menos retórica política e mais incremento no relacionamento econômico entre os três países. O especialista afirma a necessidade de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a África do Sul, e um possível se estendendo à Índia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/04/04).

### **Europeus querem apoio na OMC**

O jornal *O Globo* informou que a União Européia (UE) quer utilizar um acordo de livre comércio com o Mercosul para atuarem como aliados na continuação das negociações multilaterais da Rodada de Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Haveria, dessa forma, uma barganha entre os blocos econômicos, pois, por um lado, a UE sofreria menos resistência de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e por outro, estes teriam benefícios que outras nações em desenvolvimento não têm em relação à UE. O governo brasileiro julgou a proposta plausível, mas existe a preocupação de que novas ofertas dos países europeus acabem prejudicando as exportações brasileiras. Ainda, segundo uma reportagem do dia 14 de abril do jornal *Financial Times*, relatada pelo *O Estado de S.Paulo*, a União Européia (UE) estaria “comprando” o apoio do Mercosul nas negociações da OMC ao oferecer privilégios no acordo de liberalização do comércio entre os dois blocos. Tais medidas, segundo o autor da notícia, poderiam provocar um racha e enfraquecer o G-20 (grupo de países emergentes que defendem a abertura do mercado agrícola nos países desenvolvidos na OMC) e o Grupo de Cairns (bloco dos exportadores agrícolas). (O Estado de S.Paulo – Economia – 15/04/04; O Globo – Economia -10/04/04).

### **Representante americano quer prosseguir com as negociações da ALCA**

O representante dos Estados Unidos para o comércio, Robert Zoellick, enviará carta ao chanceler brasileiro, Celso Amorim, expressando a vontade do governo norte-americano de retomar as negociações da Área de livre Comércio das Américas (ALCA). A intenção do membro do governo seria desmentir insinuações de desinteresse norte-americano no avanço das negociações e evitar que o impasse nelas se agrave, por ocasião de dois problemas principais, que seriam as eleições nos EUA e a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). As negociações seriam retardadas pelos rumos que ambos acontecimentos poderiam levar. A mensagem do representante norte-americano responde a uma carta enviada no dia 05 de abril, pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, logo após o fracasso de uma reunião sobre a ALCA em Buenos Aires. Na carta, o ministro propôs que os dois países se debruçassem sobre temas como o acesso efetivo aos mercados agrícolas, a proposta americana para compromissos adicionais, e ainda aspectos específicos da negociação sobre serviços e a questão dos direitos de propriedade intelectual. A *Folha de S. Paulo* adicionou ao quadro das negociações no âmbito da OMC a mudança na Comissão Européia, uma vez que a atual gestão está no fim. A substituição da atual comissão poderia, segundo o jornal, agravar o impasse na OMC, uma vez que impossibilitaria o bloco europeu de assumir compromissos, não só com o Brasil, mas também com os demais países favoráveis a reduções de subsídios agrícolas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/04/04; Estado de S. Paulo – Economia – 15/04/04).

### **G-20 e Grupo de Cairns discutem propostas de acesso a mercados agrícolas**

Às vésperas da segunda fase de negociações agrícolas na Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-20 (grupo de países emergentes) e o Grupo de Cairns (grupo de países exportadores agrícolas) tentam se aproximar para responder às propostas de acesso ao mercado agrícola feita pelos Estados Unidos e pela União Européia (EU). Foi ressaltado, no entanto, na notícia do jornal *O Estado de S. Paulo* que os dois blocos possuem características diferentes. O G-20 não possui apenas exportadores de produtos agrícolas, como o Grupo de Cairns, cujos membros são exclusivamente exportadores de bens primários. Essa diferença, de acordo com a notícia, poderá dificultar que no futuro ambos os blocos atuem em conjunto nas negociações multilaterais. (O Estado de S. Paulo – Economia – 16/04/04).

### **José Dirceu propôs observatório de políticas públicas latino-americano**

Segundo o jornal *O Globo*, o ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, defendeu a criação de um observatório latino-americano que acompanhasse as políticas públicas sociais, em um seminário promovido pelo Instituto de Pesquisas

Econômicas Aplicadas (IPEA), realizado no Palácio do Itamaraty. Disse o ministro aos participantes do evento, que eram em grande parte representantes de governos latino-americanos, que a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de integrar o Brasil aos países da região e com eles discutir medidas para superar as profundas desigualdades regionais. O secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, classificou a superação das desigualdades econômico-sociais como estratégica para o Brasil. (O Globo – País – 16/04/04).

### **Chanceler mexicano visita o Brasil**

No dia 12 de abril, o chanceler Mexicano, Luís Ernesto Derbez, desembarcou no Brasil. O secretário mexicano das Relações Exteriores esteve em Brasília em uma curta viagem de dois dias em que se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva após ter se reunido com o chanceler Celso Amorim e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. Depois, Derbez visitou os outros países do Mercosul com a intenção de estreitar laços com cada nação do bloco. O principal objetivo da visita ao Brasil foi a imigração ilegal, uma vez que após a eliminação da exigência de visto em passaportes mexicanos e brasileiros, o número de cidadãos brasileiros que tentam entrar nos Estados Unidos via México aumentou. Assessorado por uma grande comitiva de especialistas em temas migratórios, Derbez deveria propor a cooperação entre os dois países, com o objetivo de ampliar apoio aos brasileiros resididos em condições precárias nos Estados Unidos. Segundo a embaixadora do México no Brasil, Cecília Soto, o México mantém quarenta e dois consulados gerais nos Estados Unidos, capacitados a dar assistência e defender mexicanos, com ajuda de escritórios de advocacia especializados em questões dos Direitos Humanos. O chanceler mexicano também se pronunciou a respeito da adesão brasileira ao protocolo adicional de não-proliferação nuclear. Afirmou, nesta ocasião, que o Brasil não precisa fazer nenhum novo gesto para reiterar seu princípio de utilização da energia nuclear apenas para fins pacíficos e seus compromissos internacionais em favor da não-proliferação e do banimento de armas atômicas. O ministro lembrou que o fato de o Brasil ser signatário do Tratado de Tlatelolco, de proscrição de armamento nuclear na América Latina, é suficiente para comprovar os compromissos do país. (Folha de S. Paulo – Internacional – 11/04/04; O Estado de S. Paulo - Cidades - 12/04/2004; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/04/2004; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/04/04).